

Novos Desembargadores para o Estado do Acre

Segundo tomou informados o Supremo Tribunal Federal acolhendo o parecer do Ministro Pedro Chaves, concedeu por maioria de votos a liminar no mandato de segurança impetrado pelos juizes Daniel Israel e Francisco Alves Duarte, contra o ato do governador do Estado que nomeou desembargadores do Tribunal de Justiça do Acre, os juizes Joel Quaresma e Jarbas Rodrigues, de Rondônia e Amapá.

Comissão Parlamentar de

Tribunal de Justiça será instalado

Concomitante foi anunciado, será instalado, hoje, o Tribunal de Justiça. Estão nomeados três Desembargadores: Doutores Paulo Ithamar Teixeira, José Lourenço Furtado Portugal e Mário Straus. Era aguardada, quando encerramos os trabalhos desta edição, a nomeação dos dois outros desembargadores, em dois dias seria o Dr. Joel Quaresma. Confiamos nesses integros magistrados, confiamos na justiça.

Deputado Carlos Afonso

1963-2007



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

44 ANOS

Instalado o Egrégio Tribunal de Justiça

Desembargador José Lourenço Furtado Portugal, Paulo Ithamar Teixeira e Mário Straus, que elegeram o primeiro presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Brasil tem novo Ministério

Justiça aniversária

Transcorre amanhã, 15 de junho o primeiro aniversário da instalação do Tribunal de Justiça do Estado.

Ao registrarmos tão auspiciosa data, os que fazem este jornal prestam à Justiça do Estado o seu preito de reconhecimento e a sua homenagem, nas pessoas do ilustre desembargador Presidente, Dr. Paulo Ithamar Teixeira e doutores srs. desembargadores Mário Straus e José Lourenço Furtado Portugal.

Juiz de Yancei



Esta é uma pequena mostra de uma história que começou em 15 de junho de 1963. Há 44 anos, instalava-se o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, um marco na edificação do Estado. Hoje, o Tribunal comemora seu aniversário orgulhando-se de estar presente em todos os municípios acreanos, garantindo a prestação jurisdicional desde a capital, Rio Branco, até as comunidades mais isoladas.

Eterno defensor do Estado Democrático de Direito, o Tribunal desempenha sua missão social através dos 46 magistrados e 1.534 servidores que o compõem, distribuídos em 82 unidades judiciárias e administrativas. Juntos, são os agentes responsáveis pelo cumprimento da Justiça no Acre, consagrando o melhor dos seus esforços e dedicação para bem servir a nossa sociedade. Mais do que testemunhos, temos a seguir os registros de um legado de trabalho denodado, pioneiro e competente, marcas deste Tribunal em construção há mais de quatro décadas.

Desembargadora Izaura Maia
Presidente do TJAC 2007-2009



Desembargador Jorge Araken Faria da Silva, membro da Corte entre 1968 e 1985

Foi com imensa honra que vim para o Acre, a convite do grande amigo Lourival Marques de Oliveira, de quem fui colega de faculdade, no Rio de Janeiro. Assim comecei minha carreira como Juiz Substituto Temporário. Costuma-se dizer que “os homens passam e as instituições ficam”. Prefiro dizer: os homens passam, mas fica o exemplo daqueles que dignificaram as instituições. Tais como são as sentenças, as instituições valerão o que valem os homens que a compõe. Por esta razão, festejo com imenso louvor esses 44 anos do TJAC. Ressalte-se, contudo, que antes deste existiram outros, tão gloriosos quanto, sobretudo no que diz respeito a seus membros. Quando fui Juiz em Cruzeiro do Sul, um dos amigos com quem conversava horas a fio, contava que, menino, teve oportunidade de assistir a sessões do Tribunal de Apelação de Cruzeiro do Sul. Recém-chegado à Terra dos Nauas, vindo do Rio de Janeiro, não podia sequer, imaginar que, numa cidade do interior, houvesse funcionado um Tribunal de Apelação, e esta Instância funcionou na sua plenitude no Acre de 1908 a 1940, mas infelizmente desta história pouco sabemos.



Desembargador Lourival Marques de Oliveira, membro da Corte entre 1974 e 1983

Em 1962, como Procurador Geral da Justiça do Estado, a pedido do governador eleito José Augusto de Araújo, redigi o anteprojeto da primeira Constituição Estadual a ser votada pelos deputados constituintes. Como o Acre naquele momento nascia como Estado, sugeri, no artigo 31, e foi aprovado, que o Tribunal de Justiça fosse constituído por apenas cinco desembargadores, sem câmaras cível e criminal. No momento de instalação do Tribunal de Justiça, foram nomeados para compor a Corte acreana: Paulo Ithamar Teixeira, Juiz de Direito de Rio Branco; José Lourenço Furtado Portugal, Juiz de Direito de Tarauacá e Mário Strano, Promotor Público de Rio Branco, representando o quinto constitucional. Em 1964, com a saída do governador José Augusto, também deixei a Procuradoria e no ano seguinte, 1965, prestei concurso e ingressei na magistratura acreana. Posteriormente, em 1974, com muita honra, ascendi ao desembargo, substituindo o ilustre Paulo Polly.



Desembargadora Eva Evangelista de Araújo Souza, membro da Corte desde 1984

Nesses 44 anos, o Tribunal de Justiça ateu-se fundamentalmente à estruturação do Poder Judiciário no nosso Estado, trabalho que vem caminhando paulatinamente, de acordo com o aumento da população, mas enfrentando grandes dificuldades. Às vezes me reporto às dificuldades vivenciadas por aqueles desembargadores que compuseram a primeira corte do Tribunal, imagino os sacrifícios que eles enfrentaram naquele momento logo após à elevação do Acre à categoria de Estado. Até hoje, as dificuldades se fazem presentes, mas a luta permanece e é diária, tendo por objetivo a constituição de um Judiciário que atenda aos anseios da população. Tenho a honra de figurar como 13º membro deste Tribunal, o membro mais antigo, e assim ter acompanhado boa parte dessa história de embates, nem sempre compreendidos, mas marcada pela disposição e compromisso da magistratura e dos servidores do Judiciário com a gestão pública e a eficiência da prestação de serviços, visando servir à sociedade acreana.



Desembargadora Miracele de Souza Lopes Borges, membro da Corte desde 1986

Falar do Judiciário sem falar do Colégio dos Cinco (1963) seria uma ingratidão muito grande, porque, na verdade, foram eles que além de pioneiros, aguçaram minha vocação para o Judiciário, principalmente Mário Strano. Lembro com muita felicidade todos os desembargadores que por aqui passaram, principalmente os cinco, onde Mestre Araken, que tive a grande honra de ser substituta na Corte, era o mestre dos mestres. Digo que a primeira Corte foi muito importante para a minha escolha porque recorde de uma passagem que vivi junto ao desembargador Mário Strano que soube, naquela ocasião, demonstrar a independência e a força do Poder Judiciário, o que me fez brilhar os olhos e sentir vontade de ingressar na magistratura. Foi como um convite, aquela situação me abriu horizontes. Vendo a independência daquele Poder, percebi que era ali onde queria trabalhar, ali era minha casa, porque ali a força da Lei imperava, sem abertura às inconcórdias da política.



Desembargador Francisco das Chagas Praça, membro da Corte desde 1990

Desde quando ingressei na magistratura até hoje, houve uma evolução muito grande nas nossas condições de trabalho. Quando iniciei minha carreira como juiz, recorde-me de rascunhar minhas sentenças e mandar datilografá-las, agora contamos com uma boa estrutura, que alia assessores e tecnologia. O grande destaque na história do TJAC é a seqüência do trabalho, que é profícuo e permanente. Os nossos servidores e magistrados devem saber que o prazer aqui é ligado sempre ao trabalho. Orientamos que todos são importantes, independente da pessoa e da função que exerce, pois o principal sempre será a prestação jurisdicional, que é a razão de estarmos aqui.



Desembargador Arquilau de Castro Melo, membro da Corte desde 1994

Costumo dizer que o Tribunal de Justiça é o maior depositário da história do Acre. Pode ser que haja algum exagero na afirmação, mas o fato é que os milhares de processos espalhados nos diversos arquivos das Comarcas de todo o Estado guardam a história de seu povo, seus conflitos, anseios, angústias e apreensões. Não há dúvida, portanto, que esses processos são um documento vivo da história do Acre. Com a inauguração do Centro Cultural do Tribunal de Justiça, na antiga sede do órgão, estarão mais próximos da comunidade. Ao facilitar o acesso a documentos e objetos históricos, o Tribunal de Justiça do Estado dá um passo significativo para que a sociedade possa se apropriar dos fatos que ajudaram a construir a história do Estado. Um bem que, por direito, é de todos os acreanos.



Desembargador Ciro Facundo de Almeida, membro da Corte desde 1996

Praticamente vi nascer o Tribunal de Justiça no Acre, e os julgados do TJ se confundem com a própria história do Estado, uma vez que todas as questões políticas e disputas estão descritas nos votos. Os magistrados acreanos e o próprio Tribunal de Justiça apoiaram a criação do curso superior de Direito no Estado, por isso hoje todos os nossos desembargadores são formados no Acre. Historicamente, cito o que ocorreu por volta de 1965, quando tivemos uma fase excepcional na Justiça acreana. Porque tínhamos pouquíssimos juízes, foi criado um ambiente favorável à vinda de bacharéis de fora e nomeação de juízes substitutos temporários. Assim, foram feitos

muitos júris, momento em que foi dada visibilidade ao trabalho da Justiça, demonstrando sua existência. Um advogado vindo de São Paulo citou uma frase que não me esqueço, ele disse: “acabou-se a Lei do 45, agora a Lei é o Código Penal”.



Desembargador Feliciano Vasconcelos de Oliveira, membro da Corte desde 1999

Cheguei ao Tribunal de Justiça buscando um desenvolvimento profissional, já que tinha uma carreira estabelecida como bancário e sempre procurei crescer profissionalmente. A experiência de vida com que aqui cheguei foi importante porque a vivência como magistrado nas comarcas do interior nos cobra, além do conhecimento jurídico, uma certa dose de conhecimento sobre a forma de vida do povo mais simples. Assim como nós, particularmente, o Tribunal acreano evoluiu nos aspectos materiais e humanos. Hoje temos acesso a uma alta tecnologia, mas que jamais deixará de lado o caráter humano da prestação jurisdicional, e isso tem sido valorizado no TJAC, com a disponibilização de assessores e equipes técnicas aos gabinetes. De tudo, ressalto que é muito gratificante testemunhar a evolução do Poder Judiciário, garantindo o acesso do povo cada vez maior à Justiça.



Desembargador Samoel Martins Evangelista, membro da Corte desde 2002

É próprio do regime democrático a conjugação dos 3 poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário. Foi essencial na evolução política do Acre, como ente federado, a emancipação do Poder Judiciário, com a conseqüente instalação do Tribunal de Justiça. Revendo sua história, vemos que boa parte da construção política e administrativa do Acre passa pelo TJ, e isso com certeza está guardado no acervo do Tribunal. Tenho orgulho de compor esta Corte porque a Justiça acreana tem agido com independência, tem avançado com teses que são pioneiras e seguidas por outros tribunais. Somos uma Corte nova, mas que orgulha o Acre e o seu povo. No futuro, a história fará justiça à postura do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.



Desembargador Pedro Ranzi, membro da Corte desde 2005

Vindo do Rio Grande do Sul, trabalhei por anos no município de Cruzeiro do Sul e no ano de 1972 ingressei na faculdade de Direito, tendo convivido com vários desembargadores, que foram inclusive meus mestres. Desde então, me dediquei intensamente ao Direito, seguindo na carreira de professor e no contato com os juízes e desembargadores. Isso me ofereceu um acesso aos acontecimentos que marcaram a história recente do Tribunal de Justiça. Tenho orgulho de pertencer ao TJAC que, com iniciativas como o Projeto Cidadão, vem ao longo desse tempo saindo de uma redoma e se aproximando da sociedade. No caso do “julgamento Chico Mendes”, por exemplo, houve amplo acesso de todos ao Júri. Ficou assim demonstrado que o Poder Judiciário é um poder político e institucional, mas é acessível. Com todas as dificuldades que possam existir na administração pública, estamos avançando na informatização dos nossos procedimentos e acredito que melhoraremos ainda mais, crescendo em outros pontos importantes.





- 1 Corte de Justiça 1968
- 2 Fórum Juiz Jovino de Araújo Luz (Cruzeiro do Sul), inaugurado em 1979
- 3 Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, inaugurada em 2003
- 4 Corte de Justiça 1984
- 5 Fórum Barão do Rio Branco, inaugurado em 1973
- 6 Anexo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, inaugurado em 1995

REALIZAÇÃO
Assessoria de Imprensa
IMPRESSÃO
Gráfica do TJAC